

HISTÓRIA AMBIENTAL DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL: O AVANÇO NA MATA, O SIGNIFICADO DA FLORESTA E AS MUDANÇAS NO ECOSSISTEMA¹

Juliana Bublitz²

Resumo: O presente artigo trata da colonização alemã no Rio Grande do Sul do século XIX, a partir da perspectiva da história ambiental, dando atenção especial às relações estabelecidas entre os colonos e a floresta subtropical. O texto analisa o que sentiram os imigrantes em seus primeiros contatos com a fauna e a flora regionais e discute o “desmatamento civilizador” empreendido nas antigas colônias, assim como a construção de novos ecossistemas, demonstrando as relações estabelecidas na nova terra e o impacto ambiental desse processo.

Palavras-chave: Colonização alemã; história ambiental; Rio Grande do Sul.

Abstract: The topic of this article is the German colonization in the Brazilian state of Rio Grande do Sul in the 19th century from the perspective of environmental history and with special attention to what the settlers felt when they first got into touch with subtropical forest. The reader finds a discussion about the deforestation on behalf of civilization and the environmental impact of this process.

Keywords: German colonization; environmental history; Rio Grande do Sul.

Introdução

Movidos pelo sonho da posse da terra e pela esperança de uma vida de fartura, milhares de imigrantes deixaram para trás o Velho Mundo, no início do século XIX, e partiram em uma viagem sem volta rumo ao Sul do Brasil – mais precisamente à Província de

¹ O presente artigo é parte da tese de doutorado “Forasteiros na Floresta Subtropical: Uma história ambiental da colonização europeia no Sul do Brasil”, defendida em maio de 2010 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob orientação de José Augusto Pádua.

² Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), jornalista e mestre em Desenvolvimento Regional. Atua como repórter do jornal Zero Hora (RS). E-mail para contato: julianabublitz@hotmail.com.

São Pedro, na estremadura da América portuguesa, sobre a qual pouco ou nada sabiam. Com a bagagem e a prole nas costas, esses homens e mulheres depararam com densas florestas subtropicais, tão fascinantes e assustadoras como jamais haviam visto.

Para sobreviver na terra prometida, tiveram de se adaptar ao novo ecossistema. Aprenderam a empunhar o machado e especializaram-se nas derrubadas e queimadas, que avançaram impiedosamente mata adentro e se repetiram sem trégua. Em uma centena de anos, ocuparam cada quilômetro quadrado da *fronteira verde* que se abria diante de seus olhos e imprimiram marcas indeléveis na paisagem e na memória gaúchas. Os anos se passaram, e os descendentes desses homens e mulheres deram continuidade à sina da migração, que avançou rumo a Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso e, mais de 200 anos depois, penetra a última fronteira agrícola brasileira: a Amazônia.

Parte de um projeto mais amplo de imigração planejada e subsidiada pelo Estado, a profusão de núcleos coloniais no Rio Grande do Sul teve início em 1824, com a criação da Colônia de São Leopoldo, às margens do Rio dos Sinos. Por meio de iniciativas como essa, o governo imperial pretendia ocupar, tornar produtivas e valorizadas terras devolutas, assim como garantir o abastecimento do mercado interno com produtos agrícolas e criar uma classe social intermediária entre os grandes proprietários e os escravos (IOTTI, 2001:21).

No extremo Sul do Brasil, o governo imperial possuía grandes áreas disponíveis à colonização. Terras de topografia irregular, cobertas de mato e inviáveis para a pecuária extensiva. Pouco atrativas, portanto, para os grandes fazendeiros, que compunham parte importante da elite política e econômica da Província. Sem a oposição dos latifundiários, não havia empecilhos

para dar início às experiências coloniais na região – que começaram por vontade do Império e aos poucos também passaram a ser incentivadas pelo governo provincial e pela iniciativa privada.

Foram predominantemente alemães os primeiros a fincar os pés nos lotes que começaram a ser demarcados na *fronteira verde* – uma faixa de terra ampla, coberta de florestas, ocupada por uma população então desprezada (formada principalmente por indígenas, caboclos e negros) e até certo ponto desconhecida das autoridades. As primeiras colônias abrangeram principalmente a região da Depressão Central e a Encosta do Nordeste, alongando-se pelos Vales dos rios dos Sinos, Caí, Taquari, Pardo e Jacuí. Somente entre 1824 e 1830, segundo Sandra Pesavento (1980:35), 5.350 colonos estabeleceram-se na área. Mais tarde, nos anos de 1848 a 1874, outros 22 mil forasteiros se juntaram a eles, entre os quais 19.607 alemães (MAESTRI, 2000:20).

Com a força de um exército, os recém-chegados avançaram na mata e se multiplicaram. Pelo papel de destaque assumido na economia gaúcha e pela força transformadora, o sistema de colonização responsável por assentar milhares de colonos europeus no coração da floresta tornou-se sinônimo de desenvolvimento no Rio Grande do Sul. No longínquo século 19, quando as primeiras experiências baseadas na imigração espontânea começaram a dar resultados, presidentes da Província e deputados já vislumbraram na política de imigração a principal solução para transformar, em uma só tacada, áreas tidas como selvagens e ociosas em verdadeiros oásis do progresso. A associação entre colonização e desenvolvimento não tardaria a ganhar destaque nas principais obras produzidas sobre o tema ao longo do século 20.

Na raiz de praticamente todas as análises, imperou a valorização do padrão de ocupação colonial, associado à pequena propriedade rural, à policultura e à mão-de-obra predominantemente

livre do imigrante. A transformação (leia-se *civilização*) do *Rio Grande das Matas*, na expressão de Roche (1969), em um *Rio Grande das lavouras* foi considerada a grande contribuição de alemães, italianos e tantos outros grupos que atravessaram o oceano por uma mudança de status no Brasil. O crescimento demográfico relacionado a esse processo e a sua importância para a ocupação produtiva das áreas florestais seriam provas cabais do poder emanado do projeto colonizador, vinculado ao incremento da indústria e da agricultura e ao florescimento do comércio.

O que poucos perceberam, porém, é que junto dessa impressionante pujança econômica, fartamente estudada e documentada por historiadores e economistas, vieram também drásticas alterações ambientais. Com a intenção de lançar um novo olhar sobre o tema, o presente artigo aborda uma parte desse processo, a partir da perspectiva da História Ambiental.

O texto começa com uma análise acerca das relações estabelecidas entre os colonos e a floresta, desde o primeiro contato com a terra prometida, entremeado por sentimentos ambíguos de medo e fascínio, até o avanço impiedoso na *fronteira verde*, deixando para trás terras esgotadas. Em seguida, aborda o *desmatamento civilizador* imposto pelos imigrantes e, por fim, discute o papel dos exploradores no surgimento de novos ecossistemas regionais, que mesclaram elementos nativos e exóticos, com mudas e sementes trazidas na bagagem e plantas locais, como o milho e a mandioca, que os colonos aprenderam a apreciar e cultivar.

O encontro com a floresta e o desmatamento civilizador

Açoitados pelos ventos gélidos da estação mais fria do ano no extremo Sul do Brasil, 38 imigrantes alemães pisaram pela primeira vez o solo da Colônia de São Leopoldo, na antiga Real

Feitoria do Linho Cânhamo, em julho de 1824. Depois de mais de dois meses de travessia oceânica, perturbados por agruras e incertezas de todos os tipos, os forasteiros finalmente deparavam com a sua terra de promessa, concedida pelo Império brasileiro na longínqua e desconhecida Província de São Pedro.

Muitos sequer conheciam florestas nativas ou mesmo secundárias maduras em suas terras de origem. A partir dos registros governamentais, é possível constatar que a maioria vivia em lugares antropizados havia milênios. E alguns sequer eram agricultores. Dos primeiros imigrantes chegados à Colônia de São Leopoldo, a maior parte vinha do Noroeste do território que hoje pertence à Alemanha (Hamburgo, Holstein, Hanover, Mecklenburg). Sabe-se que havia pelo menos sete agricultores, dois carpinteiros, um pedreiro, um ferreiro e um empregado da indústria de papel. Na segunda leva, constituída de 81 pessoas, o número de agricultores declarados chegou a 16, mas também havia um pedreiro, um pintor, um ferreiro, quatro carpinteiros e um sapateiro (RAMBO, 1956:80). Não por menos, a maioria sentiu-se aturdida diante da realidade encontrada na zona colonial.

No lugar de campos tranqüilos e bucólicos, como muitos imaginaram, ou mesmo de áreas já domesticadas pela mão humana, com as quais estavam acostumados, os forasteiros encontraram um cenário intimidador. Ali, nos confins do Brasil meridional, imperava a chamada *Urwald* – palavra que se tornaria uma constante nas cartas e diários desses homens e mulheres. Era a "floresta virgem", feita de imensos exemplares de cedros, cabriúvas, angicos e canafístulas e de emaranhados de cipós e trepadeiras. Uma paisagem ambígua, que despertou medo e, ao mesmo tempo, fascínio.

As surpresas começavam logo na chegada à Província de São Pedro e se sucediam ao longo do percurso rumo às colônias

alemãs, que, a partir de 1824, iam sendo erguidas em uma região de vales entrecortada por rios caudalosos e nem sempre navegáveis. No início, esse trajeto era feito a pé ou no lombo de mulas, por meio de estreitas estradas abertas no interior da floresta ou de velhos caminhos de tropeiros. Os colonos não apenas se surpreendiam com o tamanho das árvores, mas também com o grande número de espécies, assim como as distintas dinâmicas ecológicas de crescimento, sucessão e clímax, com o tipo de solo e as “pragas”.

Segundo o imigrante alemão Joseph Umann (1981:78), que escreveu um diário no século XIX, poucos imigrantes sabiam exatamente o que significava o termo “selva”. Da mesma forma, para os colonos Rudolf e Anna Gressler (*apud* MARTIN, 1999:32), que habitavam a Colônia alemã de Santa Cruz, fundada em 1849 a pouco mais de cem quilômetros da pioneira São Leopoldo, a força da vegetação era tanta, que excedia “toda e qualquer imaginação”. Mesmo os conhecedores das obras de viajantes, conforme Umann (1981:61-62), consideravam “o início na mata muito mais difícil do que haviam imaginado”.

Em seu relatório de 1850, resguardado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, o diretor da Colônia de Santa Cruz, Martin Buff (1850), diria inclusive que “para a gente que vem da Europa he muito penozo acostumarem-se no matto nos primeiros tempos, por isso vivem sempre incomodados e doentes”. Como destacou o historiador Olgário Vogt (1997:62), os imigrantes “vinham completamente iludidos quanto ao tipo de vida que teriam no Sul do Brasil” e mostravam-se “despreparados para enfrentar as agruras da vida que os aguardava”.

Nessas matas, por todos os lados, segundo Jean Roche (1969:52), “elevavam-se as árvores monstruosas, estreitavam-se os arbustos e as plantas do sub-bosque, enlaçavam-se os cipós”. A

vegetação, conforme o relato de viagem do médico alemão Robert Avé-Lallemant, que em 1858 visitou as colônias alemãs, confundia os recém-chegados. Seu diário, recheado de informações preciosas sobre os núcleos de imigrantes da Província de São Pedro, foi publicado em português em 1980. Segundo Avé-Lallemant (1980[1858]:119):

Mal se adivinham, no labirinto, as grandes árvores. Os vigorosos troncos, cuja elevação longitudinal e contorsões dão a idéia de serem diferentes indivíduos que se ligaram durante o crescimento, são geralmente mirtáceas, pois esse grupo de plantas é que caracteriza a floresta. Em algumas figueiras essa contorsão e ligação de partes do tronco é ainda mais notável [...] Inextricável é o emaranhado das lianas. Descem geralmente em linha reta das copas das árvores para a terra (LALLEMANT, 1980[1858]:119).

As características da mata subtropical também impressionaram o viajante inglês Michael Mulhall, que em 1873 publicou um livro informando detalhes de sua passagem pela região. Segundo Mulhall (1873:109), “a paisagem florestal” variava “a cada turno”, mesclando “solidão e grandeza”. Árvores de laranja e de figos selvagens apareciam, por vezes, “entre as espessas florestas de madeiras valiosas, de uma dúzia de tipos”, rodeadas por trepadeiras e “tão estreitamente interligadas que seria difícil tentar passar através delas”.

Ao narrar a história de um indígena que teria raptado a família de um imigrante alemão no século 19, o monsenhor Matias José Gansweidt também tentou traduzir em palavras, a partir de fontes orais, a biodiversidade encontrada na região das colônias. Gansweidt (1929:19-20) destacou a beleza das árvores e das orquídeas selvagens:

Os gigantes da floresta levantam seus troncos colossais para a altura, onde os galhos nodosos de uns se

entrelaçam com os vizinhos em harmoniosa camaradagem [...] Das alturas, pendem barbas patriarcais, tecidas dos fios enovelados do musgo grisalho, e que as brisas meneiam ou os ventos sacodem. Engastadas, quer nas frondes, quer nas forquilhas dos ramos, mil epífitas ostentam as cores mais variadas das suas flores [...] Do chão brotam cipós da grossura de um braço e se alçam, aprumados quais serpentes gigantescas, para as copas onde se agarram e bifurcam nos galhos, os enlaçam e emaranham, buscando por meio de suas últimas ramificações, a luz e o ar por cima da mata. Em meio a esta exuberância, orquídeas de forma exótica, fixas em ramos podres, balouçam no ar seus hastis coroados de mimosas flores e formam um conjunto de belezas tantas e tão raras que nenhum pincel de artista as pode retratar. (GANSWEIDT, 1929:19-20).

Por meio de sua escrita quase poética e romântica, Gansweidt (1929:19-20) também procurou descrever a riqueza da fauna regional. Segundo ele, “nas alturas [...] vive um outro mundo”. Em seguida, citou a beleza das “borboletas de asas azuis e brancas”, além de “abelhas aos milhares, besouros, cigarras, umas mais bizarras em cores e formas que as outras”, sem contar os “bandos de papagaios verdes e da cor do sangue, fazendo dos frutos lauto banquete”. Entre as aves encontradas na região, Gansweidt também destacou os “pica-paus”, os “nhambus”, os “tucanos de bico amarelo”, as “arapongas”, os “colibris” e as “gralhas”.

Narrativas como essa repetiram-se em inúmeros relatos e em diferentes línguas. Chegado à Província de São Pedro para integrar as tropas luso-brasileiras na campanha contra Rosas, o mercenário alemão Joseph Hörmeyer (1854) também teceu um registro detalhado – intitulado *Descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional* – sobre as riquezas naturais da região. Publicado originalmente em alemão, o livro foi traduzido por Heinrich Bunse e lançado em português em 1986. Nesse trabalho, Hörmeyer (1986[1854]:45) descreve a “mata virgem” como “rica nas melhores e

mais bonitas madeiras”, em especial “o pinheiro, a palmeira, o ipê e a figueira-braba”, nas quais “os troncos gigantes” apareciam quase sempre “enroscados pelos braços flexíveis das jibóias do reino vegetal, os cipós”.

Em sua “vegetação baixa”, segundo Hörmeyer (1986[1854]:45), a floresta reunia exemplares de “abacaxi selvagem”, “taquara” e “amora silvestre”. No que se referia à fauna típica da região, se destacavam “o tigre e o leão-americano, a anta, o tatu e a cutia, os bandos imensamente variados de macacos, os inúmeros bandos de papagaios, perus e de outras espécies de aves, muitas vezes ainda desconhecidas, desde o beija-flor até o tucano”.

Por meio de registros como esses, é fácil perceber que havia diferenças flagrantes entre as florestas subtropicais e os bosques europeus, a começar pelas espécies predominantes em ambas as paisagens. Os carvalhos, abetos, tílias, plátanos, castanheiras e bétulas, típicos do continente do qual provinham os imigrantes, davam lugar, nas matas do Rio Grande do Sul, a louros, cedros, cabriúvas, angicos, canafistulas e araucárias. Para além destas últimas, que começavam a aparecer em altitudes superiores a 300 metros, não havia coníferas de maior destaque (A. RAMBO, 2004:34).

Nesse cenário caótico aos olhos dos imigrantes, abriam-se as primeiras *Picadas*, também conhecidas como travessas, travessões e linhas – que, para Gutfreind, Arendt e Dreher (2001:1), eram a “forma básica de penetração na floresta subtropical”. Com os instrumentos disponíveis, essas vias eram abertas sempre o mais próximo possível de rios, cujas margens eram logo desbastadas. Ao longo delas, iam sendo instalados os imigrantes. As distâncias entre as terras recém-demarcadas, inicialmente com 77 hectares em média, eram grandes o bastante para preocupar os recém-chegados, que em suas cartas aos parentes que ficaram no Velho Mundo relatavam noites de pavor vividas no interior da mata, onde ouviam

sons desconhecidos e pressentiam ameaças concretas. A floresta era um obstáculo difícil a ser vencido, como mostra o relato a seguir, escrito pelo descendente de um colono alemão (GRESSLER, 1949:173-174):

O maior dos desenganos sofridos pelos imigrantes foi o fato de que os sonhos criados pela imaginação fértil em sua terra natal, não foi possível realizá-los de pronto. Haviam-se tornado grandes proprietários de terra, mas estavam escravizados a ela. **Cada qual era escravo da floresta virgem**, que chamavam sua propriedade, e do duro trabalho a que estavam obrigados pela posse da mata, pois si eles não a vencessem, seriam vencidos por ela. Havia de lutar, para que com o tempo e a custa de muito esforço, fosse possível tornar-se senhor de suas rendas e homem livre [...] Muito suor se derramou e muito golpe de machado foi dado em vão, pois faltava-lhe o conhecimento e a habilidade para a execução de trabalhos a que não estava acostumado. [grifo meu] (GRESSLER, 1949:173-174).

De certa forma, esse relato traduz um dos significados da floresta para os imigrantes alemães nesses primeiros anos. Enquanto se mantinha vicejante e robusta, a mata foi considerada, muitas vezes, uma prisão. Como ressaltou Roche (1969:52), “a terra arável, o espaço, a luz, tudo devia ser conquistado à floresta”. Era preciso trabalhar com afinco, em uma luta sem trégua, para derrubar a vegetação e impor o domínio sobre a natureza. Floresta derrubada era sinônimo de progresso. Era a garantia, enfim, de sucesso na nova pátria, para onde a maioria dos imigrantes se mudava em definitivo, sem pretensões de um dia voltar à terra natal.

No início, mais do que qualquer outro sentimento, a mata suscitava medo. Além dos encontros com temidos animais selvagens, não se pode esquecer que a instalação na mata incluiu inevitáveis interações, na maioria dos casos violentas, com os povos indígenas que viviam na floresta, principalmente Coroados. Os chamados “*wilden Menschen*”, ou homens selvagens, como definiu o colono

alemão Mathias Franzen (1832), de São Leopoldo, eram considerados um “grande mal” pela maioria dos imigrantes. Em uma carta endereçada à família, Franzen contou que os indígenas vinham “tornando inseguras as matas, já tendo tirado a vida de 21 alemães” – uma evidência de que a convivência entre esses grupos, em geral, não foi pacífica. Registros históricos mostram que a instalação das colônias contribuiu sobremaneira para a expulsão e o extermínio de indígenas, tanto quanto para a retirada de caboclos, ex-escravos e escravos fugidos que historicamente habitavam as mesmas terras.

O sentimento de medo nutrido por muitos desses colonos acusa algumas das surpreendentes permanências, ao longo dos séculos, de camadas e camadas de lembranças e representações ligadas à natureza (SCHAMA, 1996). Tida como o lócus do paganismo, a floresta tornou-se, principalmente a partir da baixa Idade Média, um alvo constante da Igreja Católica no Velho Mundo (HARRISON, 1993:62). Era considerada abrigo de marginais, loucos, fugitivos, selvagens e de hereges. Os muros do feudo excluíram a floresta, que passou a ser *foris*, significando literalmente *fora* e denotando perigo e insegurança. Condenados ao fogo do inferno estariam aqueles que se rendessem aos demônios e espíritos da floresta – e a Igreja tinha boas razões para difundir esse terrorismo, pois as seitas pagãs permaneciam vivas na memória popular e ameaçavam a expansão da civilização judaico-cristã. Como afirma Harrison, para a Igreja, as florestas representavam o lado obscuro do mundo ordenado, e os seus padres trataram de popularizar tal posicionamento.

É possível que a imagem mitificada de uma Arcádia primitiva, infestada de feras e de homens bestificados, também estivesse presente, de alguma forma, no imaginário desses homens e mulheres muito antes de sua chegada ao Brasil. E talvez se assemelhasse muito mais às “caóticas” florestas sul-rio-grandenses

do que a imagem de uma paisagem idílica e pastoril, tal como propalavam os agentes de colonização na ânsia de angariar imigrantes para o projeto colonizador.

Por outro lado, ao passo que impunham medo, as florestas subtropicais também exerciam grande fascínio. Vale lembrar que a posse daquela área, no ponto de encontro do mundo civilizado e do selvagem, trazia aos colonos uma significativa mudança de status, que se fazia presente em quase todas as cartas enviadas aos parentes na terra natal: a partir daquele momento, apesar de todas as dificuldades, apesar das “feras” e dos “bugres”, eles passavam a ser proprietários de terras. Para Arthur Rambo (2004:37), o encantamento pela mata foi tamanho,

...que o termo ‘mata virgem’ – ‘Urwald’ – vinha acompanhado por um apelo irresistível. Do cotidiano dos imigrantes, faziam parte termos como ‘colono da mata virgem’, ‘pioneiro da mata virgem’, ‘solo da mata virgem’, ‘gigantes da mata virgem’ (Urwaldbauer, Urwaldpioner, Urwaldbooden, Urwaldriesen). Nos relatos históricos sobre a imigração e colonização alemã no Sul do Brasil, fala-se até numa **relação quase doentia com a mata virgem que fazia com que não poucos fossem incapazes de viver longe dela**, encontrando-se constantemente em migração para novas fronteiras de colonização. [grifo meu] (RAMBO, 2004:37).

Toda essa obsessão pela exploração da “mata virgem” – que, para eles, em última instância, era sinônimo de terra fértil – traduziu-se em um ímpeto predatório sem precedentes e sem limites, mesmo que os colonos não tivessem consciência disso. Boa parte deles manteve-se em constante migração rumo à *fronteira verde* a fim de conseguir novas terras, já que as antigas aos poucos se tornavam pequenas demais para o grande número de filhos gerados no Brasil e também degradadas demais, a ponto de já não fornecerem alimentos como antes.

O fato é que, desde o princípio da colonização, a vitória sobre o “caos” da floresta era celebrada pelos imigrantes. As derrubadas e queimadas eram plenamente justificadas não apenas para fins econômicos ou para garantir a sobrevivência, mas pela orientação religiosa dos colonos, aos quais caberia a “domesticação” da natureza e a sua transformação.

Quaisquer que fossem os sentimentos nutridos pelos recém-chegados em relação à mata, uma questão prática passava a ser fundamental e prioritária a partir do momento em que punham os pés na *fronteira verde*: eles precisavam aprender a lidar com a floresta, por uma questão de sobrevivência. A situação agravava-se, segundo Vogt (1997:63), porque lhes faltavam ferramentas, alimentos, dinheiro e conhecimentos a respeito dos recursos que a natureza poderia lhes oferecer. Em outras palavras, os alemães se viam obrigados a aprender, o mais rápido possível, a desbravar – e esse foi o primeiro passo (e talvez o mais difícil) do processo de tropicalização a que se submeteram nos confins do Rio Grande. Assim que recebiam seus lotes, precisavam agir rápido para garantir o futuro. E muito mais o presente.

Em suas memórias do fim do século 19, o imigrante Josef Umann (1981:55) contou que “a escura floresta virgem com suas árvores colossais e a impenetrável vegetação rasteira que tínhamos de conquistar palmo a palmo [...] exigia de nós um serviço árduo e não habituado”. Segundo ele, “a maioria no início fica sem saber o que fazer”. Mesmo alguns instrumentos entregues pelos diretores coloniais para auxiliar no trabalho eram desconhecidos dos colonos, e a posse de tais equipamentos não significava êxito – inclusive porque, em muitos casos, nem a metade do prometido foi cumprido pelo governo. Em 1899, o imigrante Henz (*apud* RAMBO, 1956:101) registrou que “ninguém de nós sabia como aqui se deve trabalhar”.

Instruídos pelos inspetores e diretores coloniais, por caboclos e depois também pelos colonos mais antigos, os imigrantes perceberam que era necessário, primeiro, cortar a vegetação de menor porte para poder entrar na mata. Depois, derrubavam as árvores maiores, o que muitas vezes exigia dias de trabalho pesado.

Para abrir uma passagem na mata, conforme Roche (1969:52), os colonos procuravam trabalhar em duplas. Um dos homens cortava a parte debaixo dos caules com o facão ou com um machado, enquanto que o outro, munido de uma foice com cabo, cortava pelo alto os ramos e os cipós, que se confundiam. Mas as dificuldades eram tantas que, conforme Josef Umann (1981:62-63), “a maioria, apenas começando, quer desanimar quando as mãos estão feridas e cheias de bolhas. Mesmo assim, é preciso continuar o trabalho, por mais que aperte a dor”. Para ele, não havia alternativa para o colono “senão reprimir o sofrimento e trabalhar, trabalhar e novamente trabalhar, até que a primeira roça esteja queimada e plantada e a primeira choupana provisória erguida”.

Esse, no entanto, não foi um processo simples. Conforme Carl Friedmund Niederhut (1924:41), “tudo era novo e desconhecido, tudo era diferente do meio habitual”. De acordo com seu relato, os colonos “não conheciam nem plantas nem os animais, não conheciam as sementes que lhes eram dadas para plantar nem os alimentos que lhes eram fornecidos para se sustentar”. Além disso, “viam-se isolados, perdidos na imensidade de suas colônias”. Todas essas novidades, como ressaltou Roche (1969:53), bastavam para desorientar o imigrante entregue a si mesmo. Até aqueles que haviam sido agricultores na Europa tinham de reaprender praticamente tudo.

Quando finalmente compreenderam os métodos mais eficazes para a realizar as derrubadas, os colonos também passaram

a aplicar a técnica da queimada, ensinada pelos diretores e inspetores coloniais e repassada pelos pioneiros aos imigrantes recém-chegados. Transmitido de geração em geração, esse método acabou se tornando um padrão, que se repetiria em todas as colônias, sem exceção, inclusive entre colonos de outras nacionalidades.

Tratava-se do resultado da apropriação e da adaptação de uma tecnologia indígena, que a partir de então passava a ser utilizada em grande escala e de forma agressiva, implicando alterações ecológicas drásticas. Apesar disso, no início, os colonos relutavam em adotar tal procedimento – especialmente aqueles que já atuavam como agricultores antes da travessia. Não se tratava, porém, de uma crítica ambiental, pois foram poucos aqueles que, no Brasil oitocentista, atentaram para questões desse tipo (PÁDUA, 2002). Além do mais, diante da imensidão da floresta, considerada inesgotável, parecia não haver problemas em incendiar grandes áreas. Tratava-se, sim, de conceber uma nova relação com a natureza, diferente daquela vivenciada em sua terra natal.

Para aqueles que resistiam, a mata aos poucos adquiria um outro sentido, bem menos concreto e talvez nem sempre perceptível. Como já apontou Robert Harrison (1993:7), homens e mulheres não têm explorado as florestas apenas materialmente; eles também se utilizam delas para forjar seus símbolos, suas analogias, suas estruturas de pensamento e seus *emblemas de identidade*. Em última instância, a *fronteira verde* demarcava o mundo civilizado para os colonos estabelecidos no Rio Grande. E foi em oposição a ela que eles definiram sua própria identidade na nova terra.

Como aponta o historiador Silvio Correa (2004:34), “na fase pioneira da imigração alemã, a densa floresta condicionou, junto com o contato raro e esporádico com os outros grupos, a formação de um grupo étnico ‘alemão’ enquanto um tipo de organização social”. É

possível dizer mais: a floresta foi, sem dúvida, um elemento definidor do que se poderia chamar de uma “identidade colonial”, figurando como um elemento unificador. Os colonos, em última instância, orgulhavam-se do trabalho na mata – especialmente quando esta já se encontrava no chão.

Foi vencendo as frondosas árvores, algumas com mais de 30 metros de altura, o aglomerado de cipós às vezes impenetrável, os arbustos e os espinhos, que esses colonos se definiram como trabalhadores austeros e obstinados – imagem que ainda hoje permanece viva. Vale lembrar que essa identidade, antípoda à floresta, foi uma construção coletiva, com a participação de inspetores e diretores de colônias, presidentes de província, agrimensores e mesmo por viajantes que passaram pela Província ao longo do século 19.

Em outras palavras, *colono* e *civilizador* tornaram-se sinônimos. Conforme Homem de Mello (1868), presidente da Província em 1868, “há pouco tempo existia aqui apenas um **vazio**, povoado somente por animais. Hoje este chão se transformou e foi entregue para sempre ao **homem civilizado** devido ao esforço de um povo cheio de energia e religiosidade” (grifos meus). Ou seja, uma área até então “devoluta” e “vazia” (apesar da presença indígena e de uma biodiversidade extremamente rica), segundo a concepção desse governante, ganhou um novo significado a partir do momento em que os colonos ali se estabeleceram e empreenderam seu “desmatamento civilizador”. Essa fronteira aberta, preterida pela elite agrária gaúcha, foi a área oferecida aos imigrantes com o intuito de que fosse transformada, rápida e definitivamente, em espaço civilizado e produtivo. Não foi à toa, como lembrou Roche (1969:53), que esses imigrantes adquiriram a reputação de “excelentes fabricantes de terra”.

Construindo ecossistemas

À medida que avançavam na linha de fronteira, impondo seu domínio sobre a natureza, os colonos tiveram de abrir mão, entre outros aspectos, de antigos hábitos alimentares, de sua antiga forma de vestir e do modo como construíam seus lares e neles viviam. Foram levados, também, a desenvolver novas formas de organização social – desde cedo caracterizadas pela autossuficiência. Ao atravessar o Atlântico e iniciar nova vida no coração da floresta, ainda que conservassem a língua materna, esses homens e mulheres já não eram os mesmos. A floresta foi um agente ativo nesse processo.

Como no caso norte-americano, retratado por Frederick J. Turner (1893), as condições de vida na fronteira levaram o imigrante a se desprender de parte de seu passado europeu. Alienígena na nova terra, o recém-chegado ajustou-se ao novo ecossistema para não perecer. Aprendeu a viver na floresta e, pouco a pouco, impôs seu domínio à natureza. O resultado desse processo foi um produto novo, “eurobrasileiro”.

Como não poderia deixar de ser, as mudanças culturais pelas quais os imigrantes passaram nesse processo de adaptação ao ecossistema regional se refletiram na paisagem. E o impacto ambiental implícito ao empreendimento colonizador não se restringiu às derrubadas, queimadas e caçadas. No caso das colônias alemãs, tanto documentos oficiais quanto cartas de imigrantes e relatos de viajantes demonstram que plantas típicas do Velho Mundo acabaram sendo aclimatadas com relativo sucesso no continente americano – numa tentativa, de alguma forma, de tornar a nova terra familiar. O mesmo se repetiria entre imigrantes de outras nacionalidades. Sabe-se que, além dos pertences pessoais, trouxeram consigo sementes de aveia e de centeio, por exemplo. Outras mudas e grãos foram

repassados pelos próprios diretores e inspetores coloniais, como no caso do trigo.

Em suas andanças pelas colônias alemãs, viajantes relataram com certa surpresa a presença de plantas européias e de outras partes do mundo se desenvolvendo na área. Robert Avé-Lallemant (1980[1858]:150) informou, por exemplo, que com o chá chinês “foram feitas experiências” em São Leopoldo e que o arbusto crescia “perfeitamente bem”. O médico alemão (1980[1858]:153) também registrou que se tentara “ultimamente a sericicultura”, produzindo-se “belíssima seda”.

Em seu diário de 1854, o mercenário alemão Joseph Hörmeyer (1986[1854]:46) destacou as “plantas européias que aqui medram”. Entre elas, estavam “a cevada e o trigo”, principalmente nas colônias ao norte do Rio Jacuí. Ainda conforme Hörmeyer (1986[1854]:48), “das restantes plantas usuais medram quase todas as verduras européias: repolho, couve-roxa, couve-de-savoia, couve-flor, nabos, cenouras e beterrabas; todas as espécies de alface, legumes e outras variedades da horticultura”, notadamente “em imensos tamanhos e quantidades e de excelente qualidade”. Apenas “as batatas-inglesas”, embora fornecessem “numerosas colheitas”, ficariam longe, “em qualidade, das européias, por conter uma quantidade menor de amido”.

A difusão das plantas exóticas também foi percebida pelo viajante alemão Carl Seidler. Segundo ele (1976[1835]:110), “à direita e à esquerda, vêem-se as diversas colônias, a maior parte já libertas da mata, tão cultivadas pelo trabalho alemão que produzem a maior parte dos legumes e frutos europeus”. Como o compatriota, o inspetor colonial Adalberto Jahn (1871:49) igualmente impressionou-se com o fato de que as “árvores européias” cresciam pujantes na região:

Com quanto não sejam as madeiras européias nativas na Província, contudo várias qualidades dellas prosperão em seu solo, sendo plantadas em lugares competentes e estação própria; tais são o carvalho, o álamo e o salgueiro, dos quais existem bonitos espécimes nas immediações de São Leopoldo. A macieira, a pereira, o pessegueiro e outras árvores fructíferas aclimatão-se bem; seus frutos porém não são tão saborosos como os da zona temperada septentrional. (JAHN, 1871:49).

Em muitas cartas, colonos confirmam tais informações, ressaltando que o clima temperado – parecido com o europeu – facilitava o cultivo de sementes trazidas do Velho Mundo. Conforme o imigrante Mathias Franzen (1832), "nesta província temos o melhor clima, nem quente, nem frio demais, ar limpo, água doce de boa potabilidade, só raramente cai neve, e mesmo então é rapidamente derretida pelo sol". Com isso, escrevia o alemão, "todas as plantas da roça e da horta alemãs, aqui também crescem".

Ao chegar à Colônia de Santa Cruz em 1849, o colono alemão Peter Thoes (1850) escreveu à família exaltando a fecundidade do solo, que já produzia tabaco, feijão e batata e, em breve, seria semeado com "plantas européias". O diretor Hillebrand, em 1854, confirmou que "alguns Colonos mandarão vir da Europa sementes que plantarão nas suas terras, e donde provem hoje em dia o linho que se cultiva na Colônia".

Porém, por serem plantas exóticas aos ecossistemas regionais, muitas se mostraram frágeis às "pragas". O problema era tão recorrente que os colonos apelavam a artimanhas de todo tipo para se verem livres de insetos e animais com os quais eram obrigados a disputar os frutos de suas plantações. Em livro publicado em 1902, o alemão Alfred Funke dá uma mostra disso. Ao escrever sobre a vida dos alemães nas colônias, Funke (1902:91) reproduziu versos que os imigrantes e seus descendentes proferiam,

em alto e bom som, na tentativa de acabar com o que consideravam verdadeiras pragas:

Bons dias lagartas,
A planta que comeis
E a Deus não louvais,
Amaldiçoadas sejaes!
Por S. Pedro e S. Paulo
E a todos os santos
Da corte do céu:
Deixae esta planta
Que é meu alimento,
E as folhas do matto virgem
Serão vosso sustento! (FUNKE, 1902:91).

Uma das plantas exóticas mais atacadas, segundo os registros de época, foi o trigo. Conforme o historiador Carlos de Souza Moraes (1981:87), "a produção de trigo e centeio, embora sua cultura fosse tentada com insistência, mormente à daquele, não correspondeu à expectativa". Avé-Lallemant (1980[1858]:152) também teceu algumas palavras sobre os cereais de origem européia. De acordo com seu relato,

o trigo medra a princípio, mas sofre depois todo o ano de ferrugem e por algum tempo deixou-se de cultivá-lo. Mas já se recommçou a plantá-lo. O centeio dá melhor, mas até agora [1858] não pode ser considerado artigo importante, como tão pouco a cevada. A aveia dá muito bem, não estando, porém, o mercado brasileiro habituado a ela; continua-se a alimentar os animais com milho, embora este, como forragem para os cavalos, seja inferior à aveia. (AVÉ-LALLEMANT, 1980[1858]:152)

Mesmo que a difusão dessas espécies não tenha sido imediata, sem dúvida provocou alterações na cadeia alimentar. A partir da segunda geração de colonos, esses produtos ganharam mais e mais espaço nas lavouras, principalmente com as gradativas melhorias tecnológicas. Mas as mudanças não se restringiram à flora.

Ao analisar as alterações ambientais na *fronteira verde*, também não se pode desprezar o impacto ambiental decorrente da inserção de animais até então criados basicamente nos campos sul-rio-grandenses. Bovinos, ovinos e eqüinos, assim como porcos e galinhas, aos poucos, passaram a fazer parte da paisagem colonial e se reproduziram com rapidez – tanto quanto cães e gatos. Apesar disso, ao passar por São Leopoldo em 1858, Avé-Lallemant (1980[1858]:152) informava que, “quanto aos rebanhos, dada a natureza do solo e a falta de pastagens, mormente ‘na floresta’, não foi possível desenvolvê-los tanto como em outras partes da Província”. Mas eles, sem dúvida, estavam presentes.

Conforme o mesmo viajante, a colônia já exportava “bons cavalos, especialmente os adestrados, que encontram bom mercado em Porto Alegre”. Além disso, assim que os colonos de São Leopoldo superaram a fase inicial de dificuldades, muitos curtumes foram estabelecidos na região, onde se fabricavam, segundo Avé-Lallemant, “as afamadas selas, inteiramente diferentes do que chamamos de sela”.

A importância desses animais para os colonos pode ser medida através da carta do alemão Mathias Franzen (1832) à família. Segundo ele, “após dois anos e oito meses que moramos na nossa colônia, [...] tenho duas vacas com dois terneiros, dois cavalos, 20 porcos, mais de 100 galinhas, além de dois cães de caça”. Com isso, ao vender “manteiga, frangos, ovos, temos dinheiro a cada semana”.

Em seu diário, Avé-Lallemant (1980[1858]:153-154) destacou ainda outras informações curiosas sobre a inserção de espécies exóticas nas colônias. O médico (1980[1858]:176) descreveu, por exemplo, o incômodo provocado por “percevejos indogermânicos, espalhados [...] com a imigração alemã” – nesse caso, inadvertidamente. Em outro trecho de seu diário, ele também revelou que muitos imigrantes trouxeram abelhas da Europa, que

“ficaram produzindo mel com admirável diligência”. Mais do que isso, “multiplicaram-se enormemente”, enxameando “doze a quatorze vezes por ano”.

Quer seja por meio das abelhas, como descreveu Avé-Lallemant, ou das sementes de aveia e de centeio, a conquista da *fronteira verde* implicou alterações profundas no ecossistema regional. Mas, se o imperialismo ecológico de fato marcou a diáspora européia mundo afora, como concluiu Alfred Crosby (1986), e o êxito dessa expansão deveu-se também a fatores de ordem biológica, parece arriscado concluir que as colônias sul-rio-grandenses tenham se tornado simples cópias genéticas do Velho Mundo. O conceito de "Neo-Europa", cunhado pelo próprio Crosby (1986), nesse caso, parece não dar conta da complexidade do tema. Além disso, Crosby supõe o sucesso incontestado das plantações européias nas áreas colonizadas, o que, pelo menos num primeiro momento, não ocorreu no Rio Grande do Sul, como vimos no caso do trigo.

Ao mesmo tempo em que plantas européias foram aclimatadas nas colônias alemãs, espécies nativas continuaram sendo cultivadas em abundância pelos colonos e jamais foram totalmente substituídas. Adalberto Jahn (1871:49) confirmou, por exemplo, que "as plantas próprias da zona tropical" haviam caído no gosto dos colonos e que era comum se encontrar, “ao lado do carvalho e do louro, a bananeira e a laranjeira, e ao lado da canna d'assucar, as plantações de batatas em terrenos semelhantes”.

Hörmeyer (1986[1857]:50), por sua vez, mencionou que nas colônias crescia “uma espécie de palmeira que tem coquinhos semelhantes às cerejas, de sabor um pouco azedo” (possivelmente o butiá), “um cacto, a tuna, cujos frutos também o gado gosta de comer e o ananás, que se planta aqui em grandes quantidades e excelente qualidade”. Ele (1986[1857]:51) também relatou que “o

colonos alemães, procedentes do Hunsrück e da região do Mosela, plantam quase só cereais e verduras, como milho, centeio, batatas, feijão e mandioca”, mesclando alimentos nativos e exóticos em sua nova dieta.

Após exaltar a facilidade do cultivo de "plantas alemãs", o colono Mathias Franzen (1832) também ressaltou a importância dos alimentos nativos para a vida nas colônias. Segundo ele, "há tanto alimento e frutas gostosas, que seriam necessárias duas folhas de papel para sua descrição". Essas variedades foram, enfim, incorporadas à mesa dos recém-chegados e se perpetuaram, passadas de geração em geração.

Ao analisar os aspectos ambientais da diáspora inglesa para os Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, o pesquisador Thomas Robert Dunlap (1999:47) concluiu que os imigrantes procuraram, de certa forma, *tornar a nova terra familiar*. Entre os colonos alemães estabelecidos no Rio Grande do Sul, a vontade de refazer a terra natal foi igualmente recorrente – não por menos, a expressão *Heimatland* aparece com frequência nas cartas e diários dos imigrantes, assim como em muitos de seus versos e canções. Esse foi um tema quase obsessivo para esses homens e mulheres, o que não significou, no entanto, que eles de fato tenham recriado duplicatas da biota européia no Brasil ou “Neo-Europas” – mesmo que, em sua organização social, as colônias tenham se tornado núcleos bastante (não totalmente) fechados, marcados pela endogamia e pela autossuficiência.

Reconstruir o solo pátrio, como aponta Dunlap, implicava *destruir* para *recriar*. Os colonos usaram plantas, animais europeus e ferramentas da civilização industrial, como rifles, machados e mais tarde estradas de ferro, tanto quanto instrumentos e técnicas nativas para derrubar centenas de quilômetros de florestas, expulsar as populações indígenas e dizimar animais silvestres. No entanto,

quando passaram a ter acesso às sementes das plantas que conheciam no Velho Mundo, não deixaram de cultivar produtos nativos na terra nua e coberta de cinzas das queimadas. Os melhores exemplos disso são o aipim, o milho e o ananás, aos quais se adaptaram e dos quais jamais abriram mão. De um lado, esse processo resultou em um “desmatamento civilizador” sem precedentes. De outro, acabou por originar *novos ecossistemas*, que incluíram plantas nativas e exóticas, numa escala igualmente nunca vista na história humana.

Considerações finais

Baseada no regime de trabalho familiar e livre do imigrante, na distribuição de pequenos lotes de terras (que variaram, em média, de 25 a 77 hectares) e na opção pela policultura, a colonização alemã no Rio Grande do Sul quase sempre figurou na historiografia gaúcha como um dos principais fatores do desenvolvimento regional. Entretanto, esse processo de ocupação envolveu formas de apropriação da natureza que alteraram de forma decisiva o ambiente sulino – com impactos ambientais de diferentes tipos e intensidades.

Embora praticamente ausentes da historiografia regional da colonização, com algumas exceções (BUBLITZ, 2010; BUBLITZ e CORREA, 2006; WENTZ, 2004; GERHARDT, 2002), as questões ambientais vêm sendo cada vez mais incluídas não apenas no debate sobre desenvolvimento, mas também nas análises de cunho histórico. Como destaca José Augusto Drummond (1991:180), as disciplinas ligadas às ciências sociais foram desafiadas pelos movimentos ambientalistas e pelos cientistas naturais a superar o seu paradigma exclusivista, incorporando variáveis naturais ao seu repertório. Passou a ser necessário, mais do que nunca, rejeitar a premissa convencional de que “a experiência humana se desenvolveu

sem restrições naturais [...] e de que as conseqüências ecológicas de seus feitos passados podem ser ignoradas” (WORSTER, 1991:199). Como ressalta Regina Horta Duarte (2005:33), “a questão ambiental tornou-se um dos mais relevantes impasses a serem enfrentados pela humanidade”, e a história, “ao se voltar para o tema de forma sistemática e minuciosa, cumpre um importante papel”.

No caso do Rio Grande do Sul, é mais do que oportuna uma revisão historiográfica do seu processo de colonização, na qual a dimensão ambiental se aproxime da dimensão sócio-econômica da história do desenvolvimento. De maneira introdutória, buscou-se aqui analisar alguns dos significados da floresta para os imigrantes estabelecidos nas antigas colônias alemãs, bem como demonstrar de que forma avançaram na mata e como alteraram o ecossistema regional. Eles não apenas tiveram papel importante no desmatamento de uma área significativa de terras, como também contribuíram para o extermínio de indígenas que habitavam a região e para a expulsão de caboclos, escravos fugidos e ex-escravos que também ocupavam a área.

Novas pesquisas poderão ainda contribuir para uma compreensão mais efetiva das relações estabelecidas entre os colonos e a natureza sulina. A importância de se atentar para esses aspectos do processo histórico, para usar a expressão de Enrique Leff (2005:21), reside na possibilidade de se estabelecer um “vínculo entre el pasado insustentable y un futuro sustentable”³. Ou, como já destacou Certeau (2002:93), não custa lembrar: “a história é sempre ambivalente: o lugar que ela destina ao passado é igualmente um modo de *dar lugar a um futuro*”.

³ ... “vínculo entre o passado insustentável e o futuro sustentável”

Referências bibliográficas

AVÉ-LALLEMANT, Robert. 1980. **Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858)**. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Edusp.

BUBLITZ, Juliana. 2010. **Forasteiros na floresta subtropical: Uma história ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

_____. 2008. *“Forasteiros na floresta subtropical: Notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul”*. Campinas, **Revista Ambiente & Sociedade**. Vol.XI, n.2, p.323-340

_____. 2008. **“O recomeço na mata: Notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul”**. In: *Revista Unisinos, dossiê especial sobre história ambiental*. V.12, n.3, set/dez 2008, p.207-218.

_____. 2004. *“A Eco-História da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul”*. **Revista Métis**, EDUCS, Caxias do Sul, v.3, n.6, p.179 – 200.

BUBLITZ, Juliana e CORREA, Sílvio M. S. 2006. **Terra de Promissão: Uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: Edunisc; Passo Fundo: UPF.

BUFF, João M. 1850. **Relatório manuscrito do então diretor da colônia de Santa Cruz, João Martinho Buff, ao presidente da Província, Conde de Caxias**. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, caixa 33, maço 62.

CERTEAU, Michel de. 2002. **A escrita da História**. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

CORREA, Sílvio. 2004. *“Identidade alemã e alteridade no Rio Grande do Sul”*. In: **Cultura Alemã 180 Anos**. Porto Alegre: Nova Prova.

CROSBY, Alfred W. 1993. **Imperialismo ecológico**. São Paulo, Editora Cia das Letras.

DRUMMOND, José Augusto. 1991. *"A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa"*. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, p.177-197.

_____. 2003. *"Por que estudar a história ambiental do Brasil?"*. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 26, p.13-32, 2003.

DUARTE, Regina Horta. 2005. **História & Natureza**. Belo Horizonte, Editora Autêntica.

DUNLAP, Thomas R. 1999. **Nature and the English Diaspora: Environment and History in the United States, Canada, Australia, and New Zealand**. New. York, Cambridge University Press.

FRANZEN, Mathias. 1922. Carta de 27 de agosto de 1832, Colônia de São Leopoldo. Familien Freund.

FUNKE, Alfred. 1902. **Aus Deutsch-Brasilien. Bilder aus dem Leben der Deutschen im Staate Rio Grande do Sul**. Leipzig: Druck und Verlag Von B. G. Teubner.

GANSWEIDT, Matias José. **Luis Buger und die Opfer seiner Rache (As vítimas do Bugre)**. Tradução de Irmão Eugenio Damião. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1946. Originalmente finalizada em 1929.

GRESSLER, Paulo. **Os velhos Gressler**. Candelária: Tipografia Francisco Schmidt, 1949.

GERHARDT, Marcos. 2009. **História ambiental da Colônias Ijuhy**. Ijuí, editora da Unijuí, 192p.

GUTRFREIND, Ieda; ARENDT, Isabel; DREHER, Martin (Org). **Imigrantes alemães e descendentes no Rio Grande do Sul: histórias de vida (catálogo)**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

HARRISON, Robert P. 1993. **Forests – Shadow of Civilization**. University of Chicago Press.

HÖRMEYER, Joseph. 1854. **O Rio Grande do Sul de 1850**. Descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional. Porto Alegre, D.C. Luzzatto Ed. E EDUNI-SUL, 1986.

IOTTI, Luiza H. 2001. **Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915**. Porto Alegre, Assembléia Legislativa, Caxias do Sul, Educs, 864p.

JAHN, Adalberto. 1871. **As colônias de São Leopoldo na Província Brasileira do Rio Grande do Sul e reflexões gerais sobre a imigração espontânea e colonização no Brazil**. Leipzig. Biblioteca Nacional, setor de obras raras, código 103, 5, 3.

LEFF, Enrique. 2005 *“Vetas y vertientes de la historia ambiental latinoamericana – Uma nota metofologica y epistemológica”*. In: **Revista Varia História**, Belo Horizonte, nº 33.

MAESTRI, Mário. 2000. **Os Senhores da Serra. A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Passo Fundo, UPF, 111p.

MARTIN, Hardy. **Recortes do passado de Santa Cruz**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

MELLO, Homem. 1868. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Mercantil.

MORAES, Carlos de Souza. 1981. **O colono alemão – uma experiência vitoriosa a partir de São Leopoldo**. Porto Alegre, EST, 160p.

MULHALL, Michael. 1873. *Rio Grande do Sul and its German Colonies*. London, Longmans, Green and Co.

NIEDERHUT, Carl F. 1924. **100 Jahre Deutsches Leben in Brasilien**. São Leopoldo, Rotermund.

PÁDUA, José A. 2002. **Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

PESAVENTO, Sandra J. 1980. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Mercado Aberto.

JULIANA BUBLITZ

RAMBO, Arthur B. 2004. **Às sombras do Carvalho**. Organizado por Antonio Sidekum. São Leopoldo, Nova Harmonia.

RAMBO, Balduino. 1942. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. 3ª ed. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2000.

_____. 1956. *A imigração alemã*. In: **Enciclopédia Riograndense**. O Rio Grande antigo, v. 1, Canoas, Ed. regional.

ROCHE, Jean. 1969. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo.

UMANN, Josef. 1981. **Memórias de um imigrante boêmio**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia (EST).

SCHAMA, Simon. 1996. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Cia das Letras.

SEIDLER, Carl. 1976. **Dez anos no Brasil**. São Paulo; Brasília, Martins; Instituto Nacional do Livro (INL).

THOES, Peter. 1850. Carta. Arquivo Histórico do Colégio Mauá, Santa Cruz do Sul, RS.

VOGT, Olgário Paulo. 1997. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS: 1849-1993**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

WENTZ, Liliana. 2004. **Os caminhos da madeira. Região norte do Rio Grande do Sul (1902-1950)**. Passo Fundo, UPF.

WORSTER, Donald. 1991. *“Para fazer história ambiental”*. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, p.198-215.

Artigo recebido em 09/08/2011

Artigo aceito em 20/12/2011

